



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

O Governo deve proceder à divulgação de pormenores sobre a revisão da Lei da habitação económica

Há dias, o Governo afirmou que ia proceder à revisão da Lei da habitação económica, atitude que, segundo creio, visa dar resposta às opiniões da população sobre as insuficiências existentes naquela lei. Concordo e apoio essa revisão. Mas, como é normal, qualquer revisão legislativa demora tempo, especialmente no caso duma lei como esta, que pode ter um profundo impacto para a população. Portanto, o Governo tem que proceder a uma ampla auscultação pública, e só depois de proceder à arrumação das opiniões recolhidas é que deve tomar uma decisão sobre as alterações a introduzir. Já houve leis que sofreram várias revisões que demoraram longos anos, e neste caso estão envolvidas a procura de habitação económica, que é elevadíssima, e a opção pela aquisição de imóveis por parte dos residentes, que será certamente afectada durante o período de revisão da lei. Se antes ou durante a revisão da lei o Governo recomeçar com a aceitação de novos pedidos, estará a ignorar as insuficiências da lei, e se o fizer só depois da revisão, provavelmente, vai confrontar-se com falta de tempo, e o prazo para os nossos residentes conseguirem um tecto será infinitamente prolongado. O Governo deve então esclarecer, quanto antes, a população, sobre os planos que pretende promover antes e depois da revisão da lei, bem como fixar um prazo para essa revisão.

Se o Governo quiser, de facto, recolher opiniões sobre a revisão da Lei da habitação económica adequadas ao futuro desenvolvimento de Macau, então, terá que dar a conhecer à população os seus planos sobre os recursos de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

solos e a habitação, pois só assim é que esta poderá dar opiniões adequadas às necessidades reais. Por exemplo, foi recentemente divulgada a informação de que iam ser construídos 28 mil fracções (87,5% da totalidade das fracções habitacionais) na Zona A dos novos aterros, um tipo de informação que permite que a população fique a conhecer, claramente, a utilidade e a proporção entre as habitações públicas e privadas. Mas se o Governo continuar com a divulgação de informações soltas e incompletas sobre a habitação económica, os residentes podem ser facilmente afectados por essas informações, e a Lei da habitação económica pode transformar-se numa lei específica, destinada à habitação económica a desenvolver em determinadas zonas, e numa lei sem futuro. O Governo deve divulgar, quanto antes, informações sobre a finalidade dos terrenos na sua posse, dos terrenos que vão ser retomados e dos terrenos dos novos aterros, bem como sobre a proporção entre as habitações públicas e privadas a construir naqueles terrenos.

Com vista a que a revisão da Lei da habitação económica decorra sem sobressaltos, o Governo tem de trabalhar muito bem quer antes quer depois da referida revisão, com vista a uma melhor articulação entre esse trabalho de revisão e o planeamento da habitação pública.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. A revisão da Lei da habitação económica pode afectar a opção dos residentes entre aguardar por uma habitação pública ou adquirir uma habitação no mercado privado, portanto, quanto mais tarde forem divulgadas as informações, mais afectados serão os residentes. O Governo vai divulgar a calendarização da revisão da lei em causa, a fim de que os residentes possam preparar-se melhor para as suas opções?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. A revisão da lei pode acarretar várias mudanças para o regime da habitação económica no seu todo, independentemente da data de reinício da aceitação de novos pedidos, ou seja, o Governo pode ter de enfrentar diversos problemas quer antes quer depois dessa revisão. Vai então divulgar a data de reinício da aceitação de novos pedidos para a aquisição de habitações económicas?

3. Neste momento, o Governo não dispõe de informações completas e claras sobre o número de habitações públicas que podem ser facultadas à população, por isso, os residentes não conseguem prever qual vai ser o panorama da habitação em Macau, o que os impede de apresentarem propostas adequadas para a revisão da lei em causa. Só se tiverem acesso a dados completos é que os residentes conseguirão apresentar propostas concretas e prospectivas. O Governo deve então divulgar, de forma sistemática e clara, informações acerca dos seus planos sobre: os actuais terrenos, os terrenos dos novos aterros, e a habitação pública. Vai fazê-lo?

11 de Julho de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng